

Câmara de SP aprova revisão do Plano Diretor em 1º turno

Veredores de São Paulo aprovam revisão do Plano Diretor em 1º turno

Com redação atual apresentada há oito dias, projeto libera verticalização e aumenta vagas de garagem

Tullio Krone

Após o primeiro turno de votação, a Câmara Municipal de São Paulo aprovou na noite desta quarta-feira (1) a primeira revisão do Plano Diretor, a lei municipal mais importante da cidade, que orienta o seu desenvolvimento. Quarenta e dois vereadores foram favoráveis ao projeto, os contrários e um não votou.

O texto aprovado abrevia as regras para a construção de prédios e permite a construção de mais vagas de garagem em áreas próximas a eixos de transporte coletivo e de opções para quem empreiteiras não pagarem em dinheiro taxa para construção de áreas em áreas de risco.

Propõe-se, por exemplo, que a prefeitura possa parcelar áreas de risco de deslizamento e áreas de risco de inundação e que a prefeitura possa parcelar áreas de risco de deslizamento e áreas de risco de inundação e que a prefeitura possa parcelar áreas de risco de deslizamento e áreas de risco de inundação.

Essas novas regras foram introduzidas no texto há oito dias pelo autor do projeto, vereador Rodrigo Gadelha (PSD), e passaram pela discussão e aprovação da comissão pública de revisão do Plano Diretor.

A comissão pública de revisão do Plano Diretor aprovou o texto com 42 votos favoráveis, 12 contrários e um não votou. O texto aprovado abrevia as regras para a construção de prédios e permite a construção de mais vagas de garagem em áreas próximas a eixos de transporte coletivo e de opções para quem empreiteiras não pagarem em dinheiro taxa para construção de áreas em áreas de risco.

Uma comissão pública de revisão do Plano Diretor aprovou o texto com 42 votos favoráveis, 12 contrários e um não votou.

questionada na história, após a aprovação da lei municipal de 2017, a Câmara Municipal de São Paulo aprovou na noite desta quarta-feira (1) a primeira revisão do Plano Diretor, a lei municipal mais importante da cidade, que orienta o seu desenvolvimento. Quarenta e dois vereadores foram favoráveis ao projeto, os contrários e um não votou.

O texto aprovado abrevia as regras para a construção de prédios e permite a construção de mais vagas de garagem em áreas próximas a eixos de transporte coletivo e de opções para quem empreiteiras não pagarem em dinheiro taxa para construção de áreas em áreas de risco.

Propõe-se, por exemplo, que a prefeitura possa parcelar áreas de risco de deslizamento e áreas de risco de inundação e que a prefeitura possa parcelar áreas de risco de deslizamento e áreas de risco de inundação.

Essas novas regras foram introduzidas no texto há oito dias pelo autor do projeto, vereador Rodrigo Gadelha (PSD), e passaram pela discussão e aprovação da comissão pública de revisão do Plano Diretor.

A comissão pública de revisão do Plano Diretor aprovou o texto com 42 votos favoráveis, 12 contrários e um não votou. O texto aprovado abrevia as regras para a construção de prédios e permite a construção de mais vagas de garagem em áreas próximas a eixos de transporte coletivo e de opções para quem empreiteiras não pagarem em dinheiro taxa para construção de áreas em áreas de risco.

Uma comissão pública de revisão do Plano Diretor aprovou o texto com 42 votos favoráveis, 12 contrários e um não votou.

O que prevê o projeto

EIXOS DE TRANSPORTE

Até 150 metros para cada lado de eixos de transporte coletivo e de opções para quem empreiteiras não pagarem em dinheiro taxa para construção de áreas em áreas de risco.

COTAGEM

O novo projeto cria uma nova forma de pagamento da cotagem, que é uma taxa cobrada para a construção de equipamentos de transporte coletivo e de opções para quem empreiteiras não pagarem em dinheiro taxa para construção de áreas em áreas de risco.

Propõe-se, por exemplo, que a prefeitura possa parcelar áreas de risco de deslizamento e áreas de risco de inundação e que a prefeitura possa parcelar áreas de risco de deslizamento e áreas de risco de inundação.

Essas novas regras foram introduzidas no texto há oito dias pelo autor do projeto, vereador Rodrigo Gadelha (PSD), e passaram pela discussão e aprovação da comissão pública de revisão do Plano Diretor.

A comissão pública de revisão do Plano Diretor aprovou o texto com 42 votos favoráveis, 12 contrários e um não votou. O texto aprovado abrevia as regras para a construção de prédios e permite a construção de mais vagas de garagem em áreas próximas a eixos de transporte coletivo e de opções para quem empreiteiras não pagarem em dinheiro taxa para construção de áreas em áreas de risco.

Uma comissão pública de revisão do Plano Diretor aprovou o texto com 42 votos favoráveis, 12 contrários e um não votou.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR

Até 150 metros para cada lado de eixos de transporte coletivo e de opções para quem empreiteiras não pagarem em dinheiro taxa para construção de áreas em áreas de risco.

COTAGEM

O novo projeto cria uma nova forma de pagamento da cotagem, que é uma taxa cobrada para a construção de equipamentos de transporte coletivo e de opções para quem empreiteiras não pagarem em dinheiro taxa para construção de áreas em áreas de risco.

Propõe-se, por exemplo, que a prefeitura possa parcelar áreas de risco de deslizamento e áreas de risco de inundação e que a prefeitura possa parcelar áreas de risco de deslizamento e áreas de risco de inundação.

Essas novas regras foram introduzidas no texto há oito dias pelo autor do projeto, vereador Rodrigo Gadelha (PSD), e passaram pela discussão e aprovação da comissão pública de revisão do Plano Diretor.

A comissão pública de revisão do Plano Diretor aprovou o texto com 42 votos favoráveis, 12 contrários e um não votou. O texto aprovado abrevia as regras para a construção de prédios e permite a construção de mais vagas de garagem em áreas próximas a eixos de transporte coletivo e de opções para quem empreiteiras não pagarem em dinheiro taxa para construção de áreas em áreas de risco.

Uma comissão pública de revisão do Plano Diretor aprovou o texto com 42 votos favoráveis, 12 contrários e um não votou.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR

Até 150 metros para cada lado de eixos de transporte coletivo e de opções para quem empreiteiras não pagarem em dinheiro taxa para construção de áreas em áreas de risco.

COTAGEM

O novo projeto cria uma nova forma de pagamento da cotagem, que é uma taxa cobrada para a construção de equipamentos de transporte coletivo e de opções para quem empreiteiras não pagarem em dinheiro taxa para construção de áreas em áreas de risco.

Propõe-se, por exemplo, que a prefeitura possa parcelar áreas de risco de deslizamento e áreas de risco de inundação e que a prefeitura possa parcelar áreas de risco de deslizamento e áreas de risco de inundação.

Essas novas regras foram introduzidas no texto há oito dias pelo autor do projeto, vereador Rodrigo Gadelha (PSD), e passaram pela discussão e aprovação da comissão pública de revisão do Plano Diretor.

A comissão pública de revisão do Plano Diretor aprovou o texto com 42 votos favoráveis, 12 contrários e um não votou. O texto aprovado abrevia as regras para a construção de prédios e permite a construção de mais vagas de garagem em áreas próximas a eixos de transporte coletivo e de opções para quem empreiteiras não pagarem em dinheiro taxa para construção de áreas em áreas de risco.

Uma comissão pública de revisão do Plano Diretor aprovou o texto com 42 votos favoráveis, 12 contrários e um não votou.

Sequenciando as sugestões de alteração, o texto também prevê a criação de uma comissão pública de revisão do Plano Diretor, a lei municipal mais importante da cidade, que orienta o seu desenvolvimento. Quarenta e dois vereadores foram favoráveis ao projeto, os contrários e um não votou.

O texto aprovado abrevia as regras para a construção de prédios e permite a construção de mais vagas de garagem em áreas próximas a eixos de transporte coletivo e de opções para quem empreiteiras não pagarem em dinheiro taxa para construção de áreas em áreas de risco.

Propõe-se, por exemplo, que a prefeitura possa parcelar áreas de risco de deslizamento e áreas de risco de inundação e que a prefeitura possa parcelar áreas de risco de deslizamento e áreas de risco de inundação.

Essas novas regras foram introduzidas no texto há oito dias pelo autor do projeto, vereador Rodrigo Gadelha (PSD), e passaram pela discussão e aprovação da comissão pública de revisão do Plano Diretor.

A comissão pública de revisão do Plano Diretor aprovou o texto com 42 votos favoráveis, 12 contrários e um não votou. O texto aprovado abrevia as regras para a construção de prédios e permite a construção de mais vagas de garagem em áreas próximas a eixos de transporte coletivo e de opções para quem empreiteiras não pagarem em dinheiro taxa para construção de áreas em áreas de risco.

A comissão pública de revisão do Plano Diretor aprovou o texto com 42 votos favoráveis, 12 contrários e um não votou. O texto aprovado abrevia as regras para a construção de prédios e permite a construção de mais vagas de garagem em áreas próximas a eixos de transporte coletivo e de opções para quem empreiteiras não pagarem em dinheiro taxa para construção de áreas em áreas de risco.

Uma comissão pública de revisão do Plano Diretor aprovou o texto com 42 votos favoráveis, 12 contrários e um não votou.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano Caderno: B Pagina: 1